

VI ENEPCP
ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPO DE
PÚBLICAS

ST 10 - Serviços públicos urbanos frente às questões socioambientais,
tecnológicas e democráticas

PROTAGONISMO E SABERES DOS POVOS TRADICIONAIS E PERIFÉRICOS NA
AGENDA CLIMÁTICA URBANA BRASILEIRA (RUMO À COP30)

Jonatha Pereira Bugarim¹
Carla Juliana Mendonca de Araujo²
Bruno Soeiro Vieira³

Resumo

O estudo aborda a relevância do protagonismo de povos tradicionais e comunidades periféricas na agenda climática urbana brasileira, especialmente no contexto da COP30 em Belém. A pesquisa destaca a necessidade de incorporar os saberes ancestrais na formulação de políticas climáticas e urbanas, garantindo justiça socioambiental e direitos territoriais. A metodologia utilizada é qualitativa, exploratória e fundamentada na revisão de literatura, permitindo uma análise crítica das formas de participação política desses grupos. Os resultados revelam desafios estruturais na governança urbana, como a exclusão de comunidades tradicionais dos processos decisórios e a prevalência de abordagens tecnocráticas. Para superar essas limitações, recomenda-se a adoção de um modelo de governança policêntrica, participação social ampliada e inovação em soluções climáticas. Além disso, enfatiza-se que políticas adaptativas devem integrar práticas e conhecimentos locais para minimizar impactos das mudanças climáticas. A pesquisa conclui que uma abordagem baseada em direitos humanos, aliada à valorização dos saberes ancestrais, pode fortalecer a resiliência socioambiental e promover uma transição energética justa, garantindo que as comunidades vulneráveis tenham voz ativa na construção de cidades sustentáveis.

Palavras-chave: Justiça climática. Saberes tradicionais. governança urbana. COP30

I - INTRODUÇÃO

A justificativa deste estudo é que a COP30 no Brasil (Belém) coloca em evidência a necessidade de um debate climático que parta das realidades locais e dos grupos mais afetados. Este tema dialoga diretamente com a ênfase do GT no reconhecimento de modos de vida marginalizados, na interseccionalidade (raça) e na busca por cidades mais justas e democráticas, questionando modelos tecnocráticos e excludentes de governança. O objeto de pesquisa é que as formas de participação, incidência política e incorporação dos conhecimentos e demandas de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades

¹ Mestrando em Direito Programa de Pós-graduação em Direito – UFPa. E-mail: bugarim@hotmail.com

² Mestrando em Direito Programa de Pós-graduação em Direito – UFPa. E-mail: araujocarlam@gmail.com

³ Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-graduação em Direito – UFPa. E-mail: bruno.vieira@ufpa.br

periféricas urbanas na formulação e implementação de políticas climáticas e urbanas no Brasil, especialmente no contexto da preparação para a COP30 em Belém.

A pergunta problema dessa investigação é que: De que maneira o Estado brasileiro e as instituições de planejamento urbano podem efetivamente garantir o protagonismo e incorporar os saberes ancestrais e as experiências vividas por povos tradicionais e comunidades periféricas na construção de soluções para a crise climática nas cidades, assegurando direitos territoriais, justiça socioambiental e uma transição energética verdadeiramente justa, como reivindicado por movimentos sociais (ex: Cúpula dos Povos)?

2- Metodologia

Esta seção apresenta, de forma detalhada, o delineamento metodológico adotado para o presente estudo, englobando os aspectos da abordagem, procedimento, coleta e análise de dados, bem como as considerações éticas, limitações e contribuições da pesquisa. A pesquisa caracteriza-se por ser de abordagem qualitativa, o que possibilita a investigação aprofundada dos aspectos subjetivos e contextuais do fenômeno em estudo. O nível de pesquisa é descritivo-exploratório, uma vez que o objetivo é compreender e delinear as múltiplas dimensões das formas de participação e incidência política de populações historicamente marginalizadas. Assim, busca-se apreender como os conhecimentos e as demandas de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades periféricas urbanas são incorporados na formulação e implementação de políticas climáticas e urbanas, com especial ênfase na preparação para a COP30, a realizar-se em Belém.

Optou-se por realizar uma pesquisa de revisão de literatura, fundamentada em um levantamento sistemático e criterioso de fontes secundárias. Essa estratégia procedimental permitiu a sistematização dos conhecimentos disponíveis em livros, artigos científicos, teses, dissertações, relatórios e documentos oficiais, proporcionando uma visão abrangente e crítica acerca do objeto de estudo. A seleção dos materiais considerou critérios de relevância temática, atualidade e rigor metodológico, garantindo a consistência e a confiabilidade das evidências analisadas. As bases de dados utilizadas foram fontes renomadas, como: Web of Science, Scopus, JSTOR, EBSCOhost, MEDLINE e o Banco de Dados de Eventos de Emergência. A coleta de dados baseou-se na busca em bases de dados especializadas e em bibliotecas digitais, utilizando descritores que refletissem os eixos temáticos da pesquisa. Foram considerados estudos que abordassem, de forma direta ou indireta, as temáticas de participação, incidência política e políticas públicas relacionadas ao clima e à urbanização. Essa etapa possibilitou a compilação de um repertório teórico robusto, que embasa a análise crítica do fenômeno investigado.

Os dados extraídos da literatura foram submetidos à análise de conteúdo, segundo a proposta metodológica de Bardin. Este método analítico foi escolhido por sua capacidade de sistematizar e interpretar dados qualitativos, permitindo a identificação de categorias e temas

recorrentes. O procedimento seguiu três fases interligadas. Pré-análise: Leitura flutuante dos materiais e definição dos indicadores e unidades de análise. Exploração do Material: Codificação dos dados e identificação das categorias emergentes, com base nas quais se estruturaram os eixos temáticos da pesquisa. Tratamento dos Resultados: Interpretação das categorias identificadas, relacionando-as com o objeto de estudo e com os pressupostos teóricos do campo.

Foi utilizado os seguintes descritores: Para delimitar a dimensão da crise climática e suas implicações, foram adotados termos como “climate crisis”, “climate emergency”, que enfatizam a urgência e os riscos inerentes a esse fenômeno. Paralelamente, , empregaram-se descritores como “governance”, “policy”. Além disso, a perspectiva social por palavras-chave como “social actors”, “interests”, “values”, “justice”, “equity”, que evidenciam participação de diversos atores na gestão dos impactos climáticos. As alternativas e estratégias de enfrentamento, foram utilizados termos como “transition”, “energy transition”, os estudos que promovam a adaptação e a mitigação dos efeitos das mudanças. A ideia é analisar as formas de participação, incidência política e incorporação dos conhecimentos e demandas de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades periféricas urbanas na formulação e implementação de políticas climáticas e urbanas no Brasil. O estudo focaliza, especialmente, os mecanismos e desafios disponíveis para a preparação para a COP30 em Belém.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A incorporação efetiva dos saberes ancestrais e das experiências de povos tradicionais e comunidades periféricas nas soluções para a crise climática urbana no Brasil ainda enfrenta grandes desafios. O protagonismo desses grupos e a garantia de justiça socioambiental e direitos territoriais dependem de mudanças estruturais na governança, participação social e integração de políticas públicas.

É sobretudo relevante assinalar sobre as barreiras e limitações atuais. As políticas urbanas e climáticas brasileiras, mesmo quando inovadoras, frequentemente deixam de integrar plenamente as demandas e saberes das comunidades tradicionais e periféricas, priorizando abordagens técnicas e setoriais em vez de soluções sociais e participativas. (GIULIO; BEDRAN-MARTINS; VASCONCELLOS; RIBEIRO; LEMOS, 2018) (SOTTO; PHILIPPI; YIGITCANLAR; KAMRUZZAMAN, 2019). Nessa direção, a influência de interesses privados, a falta de fiscalização e a limitação do poder municipal dificultam a consolidação de intervenções adaptativas inclusivas (SOTTO; PHILIPPI; YIGITCANLAR; KAMRUZZAMAN, 2019). A agenda de cidades inteligentes (“*smart cities*”) tem privilegiado soluções tecnológicas e interesses econômicos, negligenciando o bem-estar cidadão e a participação social (Mendes, 2022).

Em outro giro, os caminhos para o protagonismo e justiça socioambiental perpassam pela governança policêntrica, participação social e inovação e redes e cooperação. A governança policêntrica trata-se da adoção de modelos de governança colaborativa, que envolvem Estado, sociedade civil, movimentos sociais e comunidades locais, é apontada como alternativa para superar a lógica neoliberal e promover justiça socioambiental (FARIAS; BEDONI; MAIA, 2023).

Outro caminho que se faz necessário, é a participação social e inovação. As experiências com Soluções Baseadas na Natureza mostram potencial de inovação social quando há envolvimento de grupos vulneráveis, inclusão de questões de gênero e valorização de saberes locais no planejamento e execução das ações (SELEGUIM et al., 2024). Nesse passo, tem-se também, as redes e modus de cooperação. A atuação em redes municipais e parcerias internacionais fortalece capacidades locais, dissemina boas práticas e amplia o diálogo entre diferentes níveis de governo, facilitando a incorporação de demandas sociais e territoriais (MACEDO; JACOBI; OLIVEIRA, 2023).

Mecanismos para Garantir Protagonismo e Incorporação de Saberes

Reyes-García et al (2018) chamam atenção para a participação ativa dos povos e comunidades tradicionais. Os autores afirmam que projetos de restauração e adaptação climática têm mais sucesso quando comunidades tradicionais participam desde o início, colaborando no planejamento, execução e monitoramento das ações, e quando suas instituições e práticas são reconhecidas e respeitadas (DAVID-CHAVEZ; GAVIN, 2018).

David-chavez e Gavin (2018) afirmam que é importante os povos tradicionais e periféricos terem poder de decisão e direitos. É essencial adotar uma abordagem baseada em direitos, garantindo que povos tradicionais tenham poder de decisão efetivo sobre seus territórios e políticas ambientais, superando barreiras institucionais e relações desiguais de poder (SHAWOO; THORNTON, 2019). Nesse aspecto, cabe destacar a integração de conhecimentos. A integração dos saberes ancestrais deve ser feita de forma holística, sem fragmentar ou subordinar esses conhecimentos aos saberes técnicos convencionais, valorizando sua integridade e contexto cultural (PETZOLD; ANDREWS; FORD; HEDEMANN; POSTIGO, 2020).

Os povos tradicionais desempenham um papel fundamental no monitoramento ambiental, atuando ativamente na resistência a atividades poluentes e na defesa de seus territórios, o que contribui significativamente para limitar a poluição e promover soluções sustentáveis. Paralelamente, as comunidades locais utilizam práticas tradicionais para restaurar ecossistemas degradados e se adaptar às mudanças climáticas, fortalecendo a resiliência socioambiental por meio de saberes ancestrais que se provam essenciais frente aos desafios contemporâneos. Ademais, esses grupos engajam-se em espaços de advocacy, influenciando tanto as políticas públicas quanto os processos internacionais, como

demonstrado na Cúpula dos Povos, para garantir justiça climática e energética. Essa interação entre o monitoramento ativo, a restauração ecológica e a influência política ampliam o debate sobre conservação ambiental e participação cidadã, evidenciando a importância de uma abordagem holística que combine práticas tradicionais com políticas inovadoras para um futuro mais equilibrado e justo (SHAWOO; THORNTON, 2019).

Sabe-se que por meio do Acordo de Paris (2015) tornou-se necessário que as cidades e grandes centros urbanos tenham um papel ativo e coordenado com apoio dos entes estatais e entes não estatais para que sejam geradas políticas adaptativas para proteção da população, e não apenas a mitigação dos problemas relacionados às mudanças climáticas (FARIAS; BEDONI; MAIA, 2023). Ocorre que como aponta FARIAS *et al* (2023), as políticas adaptativas são fundamentais para prever desastres e reduzir vulnerabilidades, priorizando os grupos marginalizados. Entretanto, ainda que existam políticas de adaptação, as populações das cidades sofrerão profundamente com efeitos climáticos, o que poderia ser minimizado se os saberes e práticas tradicionais fossem incorporados a essas políticas adaptativas.

As vozes de comunidades tradicionais são comumente excluídas ou marginalizadas e não tem participação ativa em tratados internacionais referentes ao clima, a exemplo do UNFCCC. Nesse sentido, Shawoo e Thornton (2019) apontam a necessidade de uma abordagem baseada em direitos humanos, que não apenas compartilhe conhecimento, mas que também garanta um nível de poder decisório às comunidades locais e povos indígenas no âmbito climático, para que seja possível desafiar as estruturas de poder coloniais e dar efetividade a projetos locais de integração de conhecimentos. Essa inserção das comunidades tradicionais em centros de discussões, pode propiciar a inserção dos saberes tradicionais nas políticas de adaptação, capazes de modificar o viés da proteção e preservação ambiental.

Conclusão

Para garantir o protagonismo de povos tradicionais e comunidades periféricas na resposta à crise climática urbana, o Estado e as instituições de planejamento devem adotar modelos de governança colaborativa, fortalecer a participação social e valorizar saberes ancestrais em todas as etapas das políticas públicas. Isso é fundamental para assegurar direitos territoriais, justiça socioambiental e uma transição energética verdadeiramente justa nas cidades brasileiras.

Referências

ALMEIDA, J; ENGEL, C. Guidelines for Climate Change Adaptation in Brazilian Cities Through Urban Green Infrastructure. **Iop Conference Series: Earth and Environmental Science**, [S.L.], v. 503, n. 1, p. 012036, 1 maio 2020. IOP Publishing, <http://dx.doi.org/10.1088/1755-1315/503/1/012036>.

FARIAS, Talden; BEDONI, Marcelo; MAIA, Fernando Joaquim Ferreira. Brazilian cities in the context of climate emergency and the need to overcome the neoliberal logic by polycentric governance. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, [S.l.], p. 1–17, jun. 2023. doi:10.18623/rvd.v20.2313-ing.

GIULIO, Gabriela Marques di; BEDRAN-MARTINS, Ana Maria Barbieri; VASCONCELLOS, Maria da Penha; RIBEIRO, Wagner Costa; LEMOS, Maria Carmen. Mainstreaming climate adaptation in the megacity of São Paulo, Brazil. **Cities**, [S.l.], v. 72, p. 237–244, fev. 2018. doi:10.1016/j.cities.2017.09.001.

MACEDO, Laura S. Valente de; JACOBI, Pedro Roberto; OLIVEIRA, Jose A. Puppim de. Paradiplomacy of cities in the global south and multilevel climate governance: evidence from Brazil. **Global Public Policy and Governance**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 86–115, mar. 2023., doi:10.1007/s43508.

MENDES, Vinícius. Climate smart cities? Technologies of climate governance in Brazil. **Urban Governance**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 270–281, dez. 2022. doi:10.1016/j.ugj.2022.08.002.

SELEGUIM, F.; WEINS, N.; GUTIERREZ, E.; SOEIRA, M.; NICHI, J.; DA COSTA FERREIRA, L. Nature-based solutions to adapt to local climate change: political strategies in Brazilian cities. **Brazilian Political Science Review**, [S.l.], v. 18, n. 1, e0004, 2024. doi:10.1590/1981-3821202400010004.

REYES-GARCÍA, Victoria; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Álvaro; MCELWEE, Pamela; MOLNÁR, Zsolt; ÖLLERER, Kinga; WILSON, Sarah J.; BRONDIZIO, Eduardo S.. The contributions of Indigenous Peoples and local communities to ecological restoration. **Restoration Ecology**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 3-8, 14 nov. 2018. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/rec.12894>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/rec.12894>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SOTTO, Debora; PHILIPPI, Arlindo; YIGITCANLAR, Tan; KAMRUZZAMAN, Md. Aligning urban policy with climate action in the global south: are Brazilian cities considering climate emergency in local planning practice? **Energies**, [S.l.], v. 12, n. 18, p. 3418, set. 2019. doi:10.3390/en12183418.

DAVID-CHAVEZ, Dominique M; GAVIN, Michael C. A global assessment of Indigenous community engagement in climate research. **Environmental Research Letters**, [S.L.], v. 13, n. 12, p. 1-18, 14 dez. 2018. IOP Publishing. <http://dx.doi.org/10.1088/1748-9326/aaf300>. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aaf300>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SHAWOO, Zoha; THORNTON, Thomas F.. The UN local communities and Indigenous peoples' platform: a traditional ecological knowledge :based evaluation. **Wires Climate Change**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 01-10, 15 fev. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/wcc.575>. Disponível em: <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/wcc.575>. Acesso em: 07 jun. 2025.